

7 DE ABRIL

# Entrevista com o Secretariado Nacional da OMM



Salomé Moiane, secretária-geral da OMM, quando era entrevistada para a nossa revista.

Salomé Moiane, secretária-geral da OMM, Esperança Mutemba e Anabela Rodrigues, ambas do Secretariado Nacional da Organização, reuniram com a revista «TEMPO».

Durante uma hora e meia a conversa incidiu sobre as actividades da OMM e sobre o movimento de emancipação da mulher moçambicana, as muitas facetas que esse movimento vai adquirindo nesta fase de transição para o socialismo.

**TEMPO:** «Quanto membros tem já a OMM?»

**SALOMÉ MOIANE:** «Neste momento não sabemos o número exacto porque ainda não iniciámos a compilação dos dados das fichas que nos chegaram das províncias mas sabemos que foram milhares as mulheres que se candidataram. Por outro lado, só em Dezembro do ano passado iniciámos a campanha de admissão de novos membros».

**TEMPO:** «E como decorre o processo de admissão de novos membros?»

**SALOMÉ MOIANE:** «Podemos dizer que o processo tem decorrido com sucesso em todas as

provincias do nosso país pois as mulheres acorrem a inscrever-se com grande entusiasmo. Elas sentiram que a admissão de novos membros contribuiria para o crescimento e consolidação da própria OMM.

Pensamos que isso foi possível devido ao grande trabalho de mobilização feito no seio das mulheres a partir das Conferências em todo o país durante os meses de Novembro e Dezembro do ano passado, e também devido ao trabalho directo das brigadas de dinamização que se deslocaram às fábricas, aldeias comunais, machambas estatais e aos bairros nas cidades».

**TEMPO:** «Como compararia esse processo entre antes e depois da 2.ª Conferência Nacional?»

**SALOMÉ MOIANE:** Antes da 2.ª Conferência não tínhamos organizado um processo de admissão de membros propriamente, com ficheiros, etc. Quando a Organização foi criada em 1973 as mulheres já participavam em todas as fases da luta armada. Realizou-se a 1.ª Conferência e criou-se a Organização cujos membros têm vindo a trabalhar até agora. Sentimos, porém, que era necessário organizar melhor a vida dos membros de modo a ser possível o seu melhor enquadramento distribuindo tarefas a cada uma o que significaria um salto qualitativo

na própria Organização. Agora, pelo entusiasmo que se verificou neste processo de admissão de membros sentimos que a mulher moçambicana encara a OMM como aquela Organização que existe para resolver os seus problemas».

*Para além das dificuldades de transporte e de comunicação — vias de acesso danificadas — que fizeram atrasar a deslocação das brigadas da OMM, surgiram outras dificuldades no processo de admissão de membros, dificuldades de carácter ideológico e cultural enraizadas no tradicionalismo. Salomé Moiane especifica algumas delas:*

Para além do analfabetismo que, embora não influa grandemente, dificultou o preenchimento das fichas, houve nalgumas províncias mulheres que não puderam candidatar-se a membros da Organização por impedimento

dos maridos. Houve casos em que mulheres foram ameaçadas de serem expulsas de casa se se juntassem à Organização.

Nós interpretamos isso como um facto natural tendo em conta que esta é ainda uma fase de transição do velho para o novo. E também podemos interpretar isso como um avanço porque significa que esses homens com mentalidade retrógrada compreendem que a OMM é um instrumento de emancipação da mulher moçambicana. Eles têm medo de que a mulher se inscreva na OMM porque é lá que ela vai adquirir a consciência da sua condição de oprimida. Fundamentalmente, é a questão de se encarar a mulher como um objecto que é propriedade de alguém. Nessa perspectiva é o homem que diz «tu podes ou não podes ser da OMM». Houve, no entanto, casos de mulheres que se candidataram apesar da oposição dos maridos.

A nossa conclusão é que a OM

M deve intensificar o trabalho de mobilização no seio das mulheres e da população em geral para ultrapassarmos essas situações.

TEMPO: «*Na prática, quais são os mecanismos de contacto entre o secretariado nacional e a base?*»

SALOMÉ MOIANE: «Tomamos como princípio o trabalho directo do topo para a base e da base para o todo para permitir um conhecimento concreto da vida das mulheres em cada lugar e uma canalização permanente de informações para que o topo melhore os seus métodos de trabalho e as suas orientações. Assim utilizamos, e julgamos muito importante, o contacto directo quer nas reuniões periódicas de responsáveis a todos os níveis quer no trabalho directo de mobilização feito pelas responsáveis nacionais, provinciais e distritais».

TEMPO: «*Quais são as tarefas*



*Poucas mulheres têm empregos em trabalho mecanizado.*

*atribuídas aos membros da Organização?»*

**SALOMÉ MOIANE:** «A mulher que se candidata a membro da OMM, a partir do momento em que se torna membro, recebe tarefas concretas dentro do programa geral da Organização. Basicamente essas tarefas são o combate aos aspectos negativos da tradição e a organização das populações em moldes colectivos. Portanto, as mulheres que se tornam membros da OMM *devem* constituir uma vanguarda».

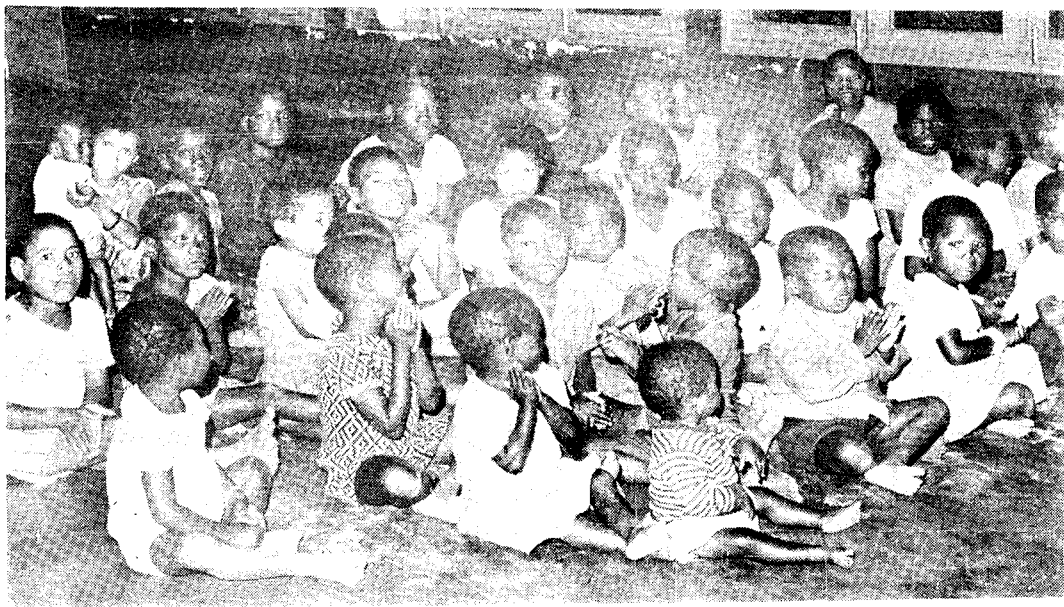
**TEMPO:** «A OMM já fez algum levantamento estatístico mínimo sobre a mulher trabalhadora, mormente, as percentagens próximas de mulheres operárias, assalariadas rurais, funcionárias, etc?»

**SALOMÉ MOIANE:** «Não, ainda não fizemos esse levantamento estatístico mas isso constitui preocupação nossa».

**TEMPO:** «Que tipos de trabalho realizam, maioritariamente, as assalariadas rurais?»

**SALOMÉ MOIANE:** «Conhecemos somente a situação geral através do trabalho directo nas aldeias comunais, cooperativas agrícolas e machambas estatais.

De um modo geral as mulheres realizam todo o tipo de trabalho excepto o trabalho mecanizado. Por exemplo, há muito poucas mulheres tractoristas. Há, por outro lado, a questão da participação da mulher na direcção das empresas agrícolas e cooperativas. Existem algumas experiências, em particular na província de Gaza — e também noutras — onde o engajamento das mulheres na produção fez com que os seus companheiros de trabalho as propusessem para cargos de direcção o que permitiu que essas mulheres passassem a participar na



*As creches no campo libertam a mulher para as tarefas da produção.*





planificação da vida no seu local de trabalho. Mas esses são ainda casos isolados».

**TEMPO:** «*Como é que vê a relação entre isso e o processo de emancipação da mulher?*»

**SALOMÉ MOIANE:** É a mulher que deve conquistar a sua própria emancipação, ela própria deve lutar pela transformação da concepção errada que a sociedade em geral tem sobre as suas capacidades. A luta de libertação nacional provou a possibilidade disso; quando as mulheres pegaram em armas para lutar nas diversas frentes de combate os seus companheiros mudaram a concepção que tinham delas. A nossa perspectiva, portanto, é que só pela prática será possível a mulher

conquistar a sua emancipação, exercer os seus direitos. Porque afinal os direitos existem na Constituição mas o que está em causa é a realização desses direitos na prática».

**TEMPO:** «*Qual é a experiência da OMM no capítulo de ensinar às mulheres trabalho especializado?*»

**SALOMÉ MOIANE:** «Tanto no campo como nas fábricas e repartições a maior parte das mulheres realiza tarefas de apoio que não exigem grande especialização. A 2.ª Conferência assinalou que, se por um lado isso é reflexo da discriminação sexual que caracteriza o capitalismo (ao nível do próprio recrutamento), por outro lado, da parte da própria mulher não tinha sido despertada a consciência para a necessidade de aprender novas tarefas através da participação em cursos de aperfeiçoamento profissional por exemplo. Portanto uma das decisões da 2.ª Conferência foi precisamente despertar nas mulheres o desejo de quererem aprender coisas novas, participar na direcção das empresas através dos Conselhos de Produção, etc. Só materializaremos esses direitos quando participarmos em todas as tarefas do processo produtivo.

Neste momento podemos afirmar que, em tanto que Organização, a OMM não iniciou nenhum programa de especialização porque pensamos que esse não é um trabalho que possa ser realizado isoladamente pela OMM. Isso faz parte de todo o nosso desenvolvimento que envolve as estruturas do governo, a questão do mercado de emprego, postos de trabalho, etc. No entanto já foi feito um trabalho de mobilização de operárias para que participem em cursos de aperfeiçoamento profissional e podemos assinalar que estão a ser dados passos importantes pela OMM em coordenação com o Ministério do Trabalho para que elas se integrem em todos os cursos de preparação que são organizados. Como exemplo temos um curso de electricistas de baixa tensão em que as primeiras classificações pertenceram a mulheres. Temos também já algumas informações sobre algumas fábricas onde há mulheres a trabalha-

rem com maquinaria. Há o exemplo concreto da província de Nampula onde em certas unidades de produção foram integradas mulheres como mecânicas e tractoristas, tarefas que elas nunca tinham realizado.

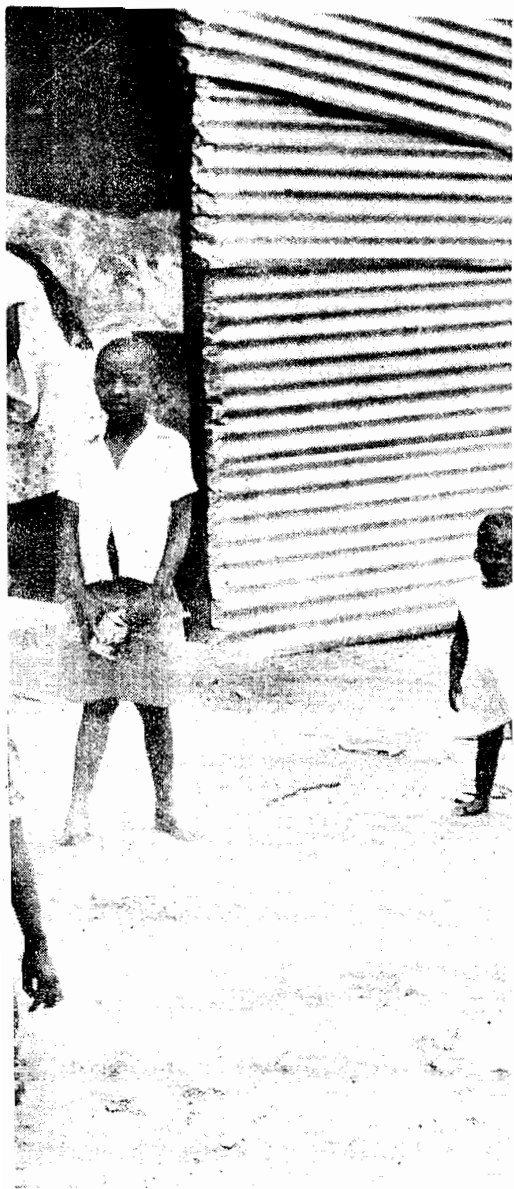
Na província de Manica as operárias da empresa de malhas EMA fizeram um grande trabalho junto dos homens e da própria administração da empresa para aprenderem coisas novas e hoje elas participam no trabalho mecanizado. Uma outra experiência é na província da Zambézia, nomeadamente, uma fábrica de sabão em que há operárias a participarem em trabalho mecanizado».

**TEMPO:** «*Nalgumas unidades de produção há ainda mulheres a ganharem menos que os homens apesar de fazerem o mesmo trabalho. Como é que o secretariado nacional encara esta situação?*»

**SALOMÉ MOIANE:** «Em relação ao reajustamento de salários nós sabemos que a gestão capitalista discriminava em relação às mulheres.

Na RPM o princípio é «salário igual para trabalho igual» e é preocupação do Ministério do Trabalho criar condições para que isso seja plenamente atingido. Mas nós herdámos várias situações que ainda hoje não conseguimos controlar. Reajustar os salários é um princípio definido mas que não pode ser realizado de um dia para o outro por causa dos problemas financeiros de cada empresa. Por outro lado a OMM não pode afirmar concretamente que na empresa tal e na empresa tal existe um problema de reajustamento de salários. Não temos esses dados ainda mas sabemos que esses problemas existem.

Por outro lado, podemos informar que está a ser feito um trabalho coordenado entre a OMM e o Ministério do Trabalho na divulgação junto das mulheres trabalhadoras das leis que as protegem, as leis que as defendem. Muitas desses leis não são conhecidas por elas. E se formos observar bem, veremos que as empresas capitalistas aproveitam-se dessa ignorância das mulheres operárias para as explorarem ainda mais».



**TEMPO:** «*Nas cooperativas agrícolas tem havido choques entre homens e mulheres acerca da distribuição do produto do trabalho ...*»

**ANABELA RODRIGUES:** «Não é só essa questão como também outras experiências por exemplo, ao nível da construção de habitações. Onde nós adquirimos uma visão mais profunda foi precisamente quando estivemos nas aldeias comunais. Houve uma tentativa de engajar a mulher em todo o trabalho colectivo e a partir daí surgiram questões como esta: as mulheres já dizem «até aqui quando havia um problema com o homem ele dizia tu vais-te embora porque a casa foi construída por mim; agora já não tem esse direito porque a casa foi construída por todos nós». Isto é, por exemplo, uma das formas de combate às tradições negativas tal como no processo da distribuição equitativa da produção.

Todos esses problemas, como a poligamia e o lobolo, têm origem na propriedade privada dos meios de produção e portanto a partir do momento em que mulher participa na produção ela começa a ganhar o mesmo que o homem; ela própria começa a tomar consciência de que não depende necessariamente do homem para a sua subsistência.

Portanto, à medida que se desenvolvem as aldeias comunais e à medida que as mulheres vão participando na produção colectiva tendem a diminuir todos os problemas do tradicionalismo.

Temos também o trabalho de consciencialização das mães para que elas deixem as filhas ficarem na escola. Em muitas aldeias comunais há ainda a tendência para as mães tirarem as filhas das escolas quando elas atingem os 13 ou 14 anos. Dizem as mães que nessa idade elas devem casar. No fundo é a intenção de lobolar a filha para adquirir o dinheiro do lobolo.

Nas aldeias comunais, a partir da nossa ida lá, tem-se discutido estes problemas entre homens e mulheres quando antes só eram discutidos entre as mulheres. Porque é que isso é importante para nós? Porque quando o homem toma uma posição publicamente isso é um compromisso com as pessoas que vivem com

ele. Nessas reuniões conjuntas muitas mulheres levantaram, por exemplo, esta questão: «nós vamos e voltamos da produção colectiva à mesma hora que os homens, portanto nas tarefas da casa os homens podem ajudar». E portanto a partir daqui que se começam a discutir os novos moldes de vida na própria família».

**TEMPO:** «*O ano passado o presidente Samora esteve em Ribáuê durante a sua visita à provincia de Nampula. Em Ribáuê houve um comício em que varias mulheres apresentaram, e de uma forma muito viva, a sua rejeição da poligamia. Porque na altura nos pareceu uma situação muito importante naquela zona queremos perguntar ao secretariado nacional se tem alguma informação minuciosa do que se passa lá nessa altura?*»

**SALOMÉ MOIANE:** «Não temos dados concretos sobre a situação em Ribáuê ou especificamente na provincia de Nampula. Mas sabemos muito claramente que no país inteiro as mulheres começam a sentir que podem trabalhar para a sua própria subsistência e para toda a comunidade sem o seu trabalho beneficiar exclusivamente os seus maridos. É a própria mulher que está a rejeitar a sua concepção tradicional de instrumento de produção do homem. Este é um ponto de choque, um ponto de abalo, de transformação das mentalidades. E para nós isso significa um avanço na medida em que homens e mulheres têm de mudar de atitude perante um e outro».

**ANABELA RODRIGUES:** «Penso que o processo eleitoral para as Assembleias do Povo foi uma espécie de termómetro para medirmos essa transformação de mentalidades. Pudemos constatar como é que a linha politica da FRELIMO está a ser assumida pelas massas populares. Na 2.ª Conferência da OMM propusemos que as mulheres que se deixassem lobolar ou se tornassem mulheres de polígamo depois da Conferência não poderiam ser responsáveis da Organização. Também foi uma proposta da Conferência que os homens que se tornassem polígamos depois da Conferência



não poderiam ter responsabilidades no Estado ou no Partido. Isso não é uma lei. Foi só uma proposta da Conferência. Mas nós pudemos constatar no processo eleitoral que o próprio povo recusava para deputados pessoas que estivessem envolvidas nesses problemas. Isso de certo modo é um termómetro para nós».

**TEMPO:** «*No campo regista-se presentemente um fenómeno novo: a creche. Na vossa opinião quais são as implicações da creche na vida das mulheres?*»

**SALOMÉ MOIANE:** «Sim, é um fenómeno novo no campo, excepto nas zonas libertadas onde havia infantários para os órfãos e filhos dos combatentes. E tam-

**É preciso  
aprender a  
conduzir  
esse tractor.**



bém nas cidades as creches só existiam para a burguesia colonial e, um pouco, para a burguesia nacional nascente.

Pensamos que é preciso construir mais creches no campo e nas cidades para a mulher ter melhores condições de se engajar na produção e na alfabetização.

Do nosso trabalho já existem casos concretos, nomeadamente, na província de Gaza após as grandes cheias do ano passado quando começou a construção de aldeias comunais. Lá já existem creches e a própria comunidade organiza-se para a sua manutenção.

Há uma outra preocupação. Não vão surgir tantas creches como nós desejaríamos porque é preciso todo um programa de preparação de quadros para trabalharem

nas creches. Essa é uma preocupação da OMM e do Ministério da Saúde. Assim, estão a ser programados cursos de formação de Agentes Elementares de Educação Infantil para os quais a OMM recrutará as pessoas necessárias».

**TEMPO:** «Durante o processo eleitoral muitas mulheres foram eleitas para as Assembleias do Povo. A OMM tem algum conhecimento de como está a ser a participação das deputadas nomeadamente, o seu poder de decisão está a ser igual ao dos homens deputados?»

**SALOMÉ MOIANE:** «A quantidade de mulheres que entraram para as Assembleias do Povo é para nós um estímulo. Foi sem dúvida uma vitória. Elas foram

propostas como deputadas porque se reconheceu as suas capacidades. A participação delas na discussão da vida das populações fez com que as estruturas da FRELIMO reconheçam nessas mulheres qualidades para dirigentes do Estado e elas agora participam nas Assembleias do Povo. Quanto ao nível da participação das mulheres dentro das Assembleias nós podemos afirmar que elas participam efectivamente. Não temos qualquer informação de dificuldades que elas estejam a enfrentar como deputadas no interior das Assembleias e no exercício da sua tarefa de dirigentes do Estado».

**TEMPO.** «Um outro assunto: há mulheres solteiras que vivem maritalmente sem no entanto estarem casadas. Acontece que al-



*gumas delas se queixam de os homens registarem os filhos na altura do nascimento sem registarem também as mães. O que é o secretariado nacional pensa desta situação?»*

ESPERANÇA MUTEMBA: «Sim, isso acontece. Pensamos que isso é o resultado de não se ter assumido ainda o significado correcto do lar. Também não se assumiu o casamento com uma responsabilidade perante a sociedade não só pela família mas também pela vida colectiva da comunidade. Ainda se considera a mulher como instrumento de prazer útil somente para o engravidamento e que se pode abandonar quando se quer. Portanto os homens que fazem isso responsabilizam-se só pelo filho e não pela mulher solteira».

TEMPO: «*Uma das causas principais do divórcio não será o espancamento?»*

SALOMÉ MOIANE: «O espancamento é realmente um problema a nível nacional mas nós consideramos que não é isso a causa principal do divórcio. As causas fundamentais do divórcio são as transformações sociais. Por um lado cresce o nível de consciência política das mulheres e ela começa a exigir os seus direitos deixando de se submeter ao desprezo e à desconsideração; rejeita portanto naturalmente os espancamentos. Por outro lado a melhoria das condições económicas. Portanto consideramos que o espancamento é uma atitude de reacção contra a transformação. O homem vê que está a perder os privilégios que tinha. Então reage espancando a mulher».

TEMPO: «*Porque é que a maioria das mulheres continua a fazer abortos fora dos hospitais. Quais são os factores ideológicos e culturais que orbitam à volta deste fenómeno social?»*

SALOMÉ MOIANE: «Nós não colocamos a questão nesses termos de aborto fora ou aborto dentro dos hospitais mas consideramos o problema em si, o problema ao nível da organização das próprias famílias.

A revista «Tempo» levantou o problema e ligou-o à questão do

planeamento familiar e realmente está ligado.

Há várias causas para o aborto.

Quando nós analisamos o problema em relação a uma mulher casada que já não quer ter mais filhos está em causa a questão do planeamento familiar que ainda não é feito mas que não deixa de ser preocupação da OMM e do Governo. Inclusivamente existe um programa a nível governamental, um programa de divulgação da necessidade do espaçamento dos nascimentos como forma de garantir a saúde da própria mulher assim como a educação correcta das crianças.

Em relação às mulheres solteiras que recorrem ao aborto para evitarem o nascimento de uma criança que não desejam encontramos, por um lado, o desconhecimento dos métodos preventivos e, por outro lado, o tipo de relações que existe entre homens e mulheres, no seio dos nossos jovens. Em muitos casos, especialmente da parte do homem para a mulher, não existem relações entre ambos. Há muita falta de respeito pela dignidade da mulher. Toda esta situação provoca a existência de mulheres grávidas que não querem ter o filho.

E há também um conceito errado em relação à mãe solteira. É ela que fica estigmatizada aos olhos da sociedade e não o homem. Então muitas mulheres para evitarem essa estigmatização recorrem ao aborto.

Portanto é nestes moldes que encaramos a situação, porque é que surge o aborto, e não porque é que ele é feito dentro ou fora do hospital. A nossa opinião é que isso deve ser objecto de estudo por parte de todas as nossas estruturas porque não se pode encerrar o problema do planeamento familiar de forma ligeira. É algo de novo que nunca tinha sido ensinado à mulher. É preciso que haja discussão no seio dos casais, no seio dos jovens, entre o pessoal da saúde e também é preciso que os métodos preventivos possam chegar à própria população».

ANABELA RODRIGUES: «Eu gostaria de acrescentar um aspecto que considero importante particularmente referente aos jovens.

Nós estamos numa fase de transição, uma fase em que se fala

das responsabilidades da mãe em relação aos filhos. O que acontece é que muitas jovens fazem o aborto fora do lar por medo da família, porque não há ainda aquele tipo de relação mãe-filha que nós realmente pretendemos. A mãe ainda não consegue ser nesta fase de transição a companheira em quem a filha confia. Esta vê uma espécie de repressão na família.

Por outro lado há um certo liberalismo. O sexo ainda não é visto por muitos jovens como um acto de amor. Podemos ver isso pelas próprias conversas que existem nas escolas. Fica tudo reduzido a uma dimensão de gozo. Portanto é preciso tomar muita atenção à educação nas escolas, não só educação sexual sob o ponto de vista científico mas também sob o ponto de vista ideológico, sob a perspectiva das novas relações entre homem e mulher».

TEMPO: «*A OMM tem intenções de introduzir a educação sexual através da alfabetização?»*

ANABELA RODRIGUES: «Neste momento para nós a educação sexual não está separada da abordagem de todos estes problemas aqui focados. E ela só pode ser iniciada dentro de um plano que vai ter início e ao qual se vai continuamente dar solução. Portanto a introdução da educação sexual só acontecerá quando for possível iniciá-la a outros níveis, o nível do planeamento familiar, por exemplo. Senão estaremos a levantar uma questão à qual não poderemos dar solução».

TEMPO: «*A 2.ª Conferência Nacional da OMM decidiu-se por um estudo profundo a fim de se chegar a uma lei da família. Em que pé se encontra este assunto?»*

ESPERANÇA MUTEMBA: «Sim, ficou acordado que a OMM devia participar no levantamento da situação em colaboração com o Ministério da Justiça. Já discutimos até este momento só ficou acordado que a OMM deveria fazer o levantamento a nível da população. Por outro lado temos participado nos tribunais onde estamos a adquirir experiência para a elaboração dessa lei. Portanto ainda não avançamos muito neste campo».